



A consolidação do regime de colonato no Brasil e a condição da mulher colona

Lerrannya Lasmar Teixeira¹ 

¹ Mestra em História pelo PPGHIS da Universidade Federal de Ouro Preto (2024).

² Em consonância com Stedile, aceitamos que “O conceito ‘questão agrária’ pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária [...] vamos trabalhar o conceito de ‘questão agrária’ como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (STEDILE, 2005).

INTRODUÇÃO

Quando olhamos hoje para a questão agrária² no Brasil, existe uma série de fatores que levam a perguntas cujas respostas ainda são incertas. Vemos um país em que o trabalho rural ocupa um papel econômico fundamental, tomando espaço central no cenário das exportações nos últimos anos. Segundo dados da Confederação Nacional de Indústrias (CNI), a soja, por exemplo, é o produto mais exportado, gerando uma renda de aproximadamente R\$ 26 bilhões. O milho e a carne bovina também assumem papel importante no comércio do Brasil com o exterior, gerando, juntos, um montante de R\$ 15 bilhões. Ao mesmo tempo, o trabalhador rural é constantemente desvalorizado e explorado nas grandes plantações. A distribuição de renda e a propriedade de terras ainda se encontram altamente concentradas, e esses grandes latifundiários exercem demasiada influência sobre os órgãos governamentais por meio de medidas políticas que proporcionam a manutenção dessa ordem.

A vida de trabalhadores e trabalhadoras do campo, sobretudo dos que foram privados da terra, é marcada pela dinâmica dessas relações de poder que foram concebidas há séculos e se mantêm até os dias atuais. Os que buscam em movimentos sociais chaves para a transformação de suas vidas e acesso à terra enfrentam a constante marginalização produzida pelos mesmos grupos dominantes que os exploram, quando a luta por eles promovida coloca em risco a continuidade da ordem vigente.

A situação se torna mais complexa quando olhamos para a condição das mulheres camponesas, porque estamos lidando com uma categoria historicamente marginalizada e subordinada, que, ao se organizar politicamente, enfrenta os estereótipos negativos construídos sobre a imagem dos movimentos sociais de trabalhadores rurais, de raça e gênero. Para se pensar em um movimento de mulheres camponesas, é preciso ter em mente, inicialmente, a multiplicidade de questões atravessadas por elas. As definições de gênero, assim como as de raça ou classe, não devem ser consideradas de forma isolada, porque estão todas inseridas em um mesmo sistema de relações de poder e opressão e ocuparão um espaço importante na definição da identidade desses grupos.

O objetivo deste artigo é fazer uma análise histórica do trabalho camponês no início do século XX, a fim de compreender o processo de formação dos movimentos camponeses com protagonismo feminino. Não é de nosso interesse aqui análises aprofundadas de dados econômicos ou tabelas de pagamentos, mas o processo de formação de uma dinâmica de poder que, por meio de uma estrutura política de ação, exerce grande influência sobre a vida de homens e de mulheres camponesas. Para tanto, utilizaremos a análise bibliográfica de autores que se propuseram a debater sobre o assunto.

Em um primeiro momento, interessa saber a respeito da consolidação do sistema agrário brasileiro com base na grande propriedade. Após um período de crise, o café surgiu como proposta de salvação para a economia brasileira e o sistema de colonato se destacou entre as formas de trabalho. Nesse momento, a atuação feminina se encontrava invisibilizada em função de a organização social e familiar ter sido centrada nas figuras patriarcais.

A República, como veremos, foi forjada para privilegiar alguns grupos dominantes, que tendem a se prolongar no poder e muito pouco se muda na vida dos trabalhadores rurais. Após o auge da economia cafeeira, o êxodo rural e a proletarização do trabalho do campo mudaram não somente as relações de trabalho, mas também a organização cultural e social dos trabalhadores e trabalhadoras. Em função da privação do acesso à terra e das difíceis condições de trabalho, situação agravada pela condição de gênero, houve a organização dos trabalhadores rurais em movimentos sociais.

NASCIMENTO DO BRASIL INDEPENDENTE E A CONSOLIDAÇÃO DE GRUPOS DE PODER

Se olharmos para a situação da economia brasileira no último quartel do século XVIII, veremos uma etapa de retração ocasionada pela crise do ouro e a dificuldade em encontrar uma nova atividade econômica rentável. Durante o período da mineração, os centros urbanos que se formavam em torno do extrativismo foram dotados de uma complexidade e dinamicidade de relações sociais inéditas na colônia³. Com a diminuição das atividades auríferas, no entanto, tais centros foram rapidamente desarticulados e a população foi reorientada para o campo (Paula, 2001).

Ao passo que o café adquiriu uma crescente importância no mercado internacional, o desaparecimento do entreposto lusitano com a independência brasileira proporcionou uma nova dinâmica para as relações comerciais no interior da colônia, com maior abundância de suprimentos e facilidade de créditos, o que apresentou vantagens para a classe agricultora (Furtado, 2003). Crescia a ideia de que o Brasil necessitava de um novo produto para exportação, o qual tivesse sua base produtiva na disponibilidade de terras e

3 Figueiredo (1997) mostra um crescente número de população livre orientado por uma cultura popular que se opunham aos dogmas da Igreja e da Metrópole no período. Os casamentos, por exemplo, se organizavam a partir de um acordo informal entre as partes que permitiu maior autonomia para as mulheres.

um sistema de produção agrário. O café parecia se adequar perfeitamente a essas condições.

Sobre a disponibilidade de terras, no entanto, é preciso esclarecer alguns pontos. Até meados do século XIX, em termos de propriedade, as terras brasileiras pertenciam à coroa portuguesa e depois ao governo imperial. Isso significa que a “concessão de uso” era dada a um homem pelo rei ou pelo imperador, o qual dispunha de direito hereditário na exploração do solo, mas não poderia vendê-lo ou anexá-lo a terras vizinhas. Em 1850, surgiu a primeira lei de terras no Brasil, que implantou a propriedade privada da terra, que havia se tornado uma espécie de mercadoria (Rocha e Cabral, 2016). Em termos jurídicos, todo cidadão brasileiro, independentemente de favores reais, poderia ser proprietário de terras, desde que pudesse pagar por elas. Estamos olhando, no entanto, para uma população radicalmente marcada pela concentração de renda e pela escravidão. Aos escravos, que não possuíam direitos civis, estava, obviamente, vedada a compra de propriedades; aos homens livres e pobres faltavam recursos para fazê-lo. Cabe destacar ainda que mesmo abolido o tráfico de escravos, praticamente em nenhum lugar houve uma modificação real na estrutura social ou econômica nas décadas seguintes (Furtado, 2003).

Stedile (2005, p. XX) argumenta que a lei de terras de 1850 foi o batistério do latifúndio no Brasil, porque “ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil”. Assim o sistema de concentração fundiária se consolidou a partir da segunda metade do século XIX.

Para a gestação da economia cafeeira é fato que havia disponibilidade de terras para quem pudesse adquiri-las, ou seja, para a elite já enriquecida pelas atividades coloniais. Conforme apontou Furtado (2003), o problema da economia brasileira no período foi ampliar a utilização do fator disponível (a terra), mediante a incorporação de maior contingente de mão de obra. Por volta de 1850, a força de trabalho no Brasil era constituída basicamente por escravos, que estava dividida entre todo o território do país. A essa altura a entrada de negros africanos para serem escravizados no Brasil era dificultada pelas leis de proibição do tráfico de pessoas pelo oceano e crescia a pressão internacional pela abolição.

A população livre e empobrecida que não se localizava nos centros urbanos se dedicava à economia de subsistência e de abastecimento do mercado interno. De acordo com as colocações de Furtado (2003), existia uma dificuldade em utilizar a mão de obra de subsistência na lavoura em função de sua dispersão e organização, e o mesmo se aplicava às populações urbanas, que não eram acostumadas ao trabalho no campo. Assim surgiu a ideia de que a mão de obra livre no país não servia para trabalhar na grande lavoura.

A utilização de mão de obra europeia já era conhecida nas colônias inglesas. Imigrantes vinham para as Américas e trabalhavam um certo período para os grandes agricultores para pagarem a dívida da viagem e, após esse período, continuavam como assalariados. No Brasil, a classe de grandes produtores já havia percebido as vantagens de exercer influência sobre o governo. Parte da solução veio em 1870, quando o governo imperial passou a subsidiar os gastos com o transporte de famílias europeias, sobretudo da região sul da Itália, para trabalharem nas grandes lavouras de café (Furtado, 2003).

A consolidação dessa nova produção, que configuraria o novo centro dinâmico da economia brasileira, no entanto, dependeu de uma constelação de outros fatores que são, sobretudo, políticos. Em uma economia agrária voltada para a exportação nos períodos de alta dos preços o lucro era concentrado nas mãos do empresário exportador. Nos períodos de crise foi adotado um mecanismo de depreciação cambial, que mantinha as altas taxas de lucro para o setor exportador, mas exercia grande pressão sobre a população consumidora de artigos importados, sobretudo a urbana.

Em síntese, os aumentos de produtividade econômica alcançados na alta cíclica eram retidos pelo empresário, dadas as condições que prevaleciam de abundância de terras e de mão de obra. Havia, portanto, uma tendência à concentração da renda nas etapas de prosperidade. Crescendo os lucros mais intensamente que os salários, ou crescendo aqueles enquanto estes permaneciam estáveis, é evidente que a participação dos lucros no total da renda territorial tendia a aumentar. Não obstante, o mecanismo pelo qual a economia corrigia o desequilíbrio externo — o reajustamento da taxa cambial — possibilitava a transferência do prejuízo para a grande massa consumidora. Destarte, o processo de concentração de riqueza, que caracterizava a prosperidade, não encontrava um movimento compensatório na etapa de contração da renda (Furtado, 2003, p. 165).

Considerada em conjunto, a economia brasileira apresentou um elevado ritmo de crescimento na segunda metade do século XIX. Para esse período, Furtado (2003) divide a economia do país em três setores principais: a economia do açúcar, do algodão e a vasta produção de subsistência a ela relacionada, localizada na porção norte do país. O segundo, as atividades de abastecimento interno e subsistência desenvolvidas no interior. O terceiro, a economia cafeeira que mobilizou diversas áreas de abastecimento e serviços na porção sul, e que configura nesse momento o centro dinâmico da economia brasileira.

PROJETO REPUBLICANO E IDEIAS DE SOCIEDADE

Nos anos finais do século XIX, a economia cafeeira já havia se consolidado, mas as medidas de protecionismo do setor exportador exerciam tensão

sobre as camadas consumidoras e gerava um clima de intranquilidade nos centros urbanos. Na vida política, o império se encontrava em uma imagem desgastada que implicava na imagem de um imperador com saúde debilitada e a impopularidade da Princesa Isabel e seu marido, na linha sucessória do trono (Neves, 2013). Furtado (2003) destaca que a ação imperial enfrentou uma crescente dificuldade em elaborar um sistema monetário eficiente, ao mesmo tempo em que cresciam divergências políticas entre grupos de poder em todo o território brasileiro: “O governo imperial era ligado aos velhos interesses escravistas e apresentou pouca sensibilidade a esses novos problemas”.

Segundo relata Neves (2013), dos ideais favoráveis à república entre os intelectuais e os corpos militares já acontecia há algum tempo, rebatendo, assim, a ideia de “república de improviso”, mas que contou com baixa participação popular. Entre esses ideais, tomou figura de destaque o liberalismo, que teria suas raízes no pensamento norte-americano, composto por proprietários rurais, especialmente por proprietários dos cafezais paulistas, que já apresentavam organização no partido republicano desde 1873. “Para esses homens a república ideal era a do modelo americano. Convinha-lhes a definição individualista do pacto social. Ela evitava o apelo a ampla participação popular, tanto na implantação como no governo da república” (Carvalho, 1990, p. 38). Também o federalismo era a opção desse grupo.

Após a Proclamação da República, em novembro de 1889, o então líder Marechal Deodoro da Fonseca convocou uma assembleia constituinte, que tomou forma de um movimento de reivindicação de autonomia regional e a inauguração do federalismo, demonstrando uma relativa vitória dos liberais.

A transplantação de princípios da constituição dos Estados Unidos para a Constituição republicana de 1891 é feita sem que se leve em consideração a realidade social do país, marcada pela alta concentração de propriedade, pelo imenso poder dos proprietários de terras e pela enorme desigualdade da população, hierarquizada pela pobreza, pelo estigma da escravidão e pela cor da pele (Resende, 2011, p. 98).

A implantação do federalismo, na prática, ampliou a autonomia dos estados e contribuiu para a consolidação e expansão das oligarquias estaduais. A república, no entanto, só se consolidou no governo de Campos Salles (1898-1902).

Campos Salles sabia da instabilidade e ausência de uma base objetiva capaz de dar sustentação aos governos. O presidente da república criou, então, uma dinâmica sistêmica baseada em acordos com as oligarquias e poderes locais, que ficou conhecida como “política dos governares”.

O compromisso recíproco entre Campos Salles e os governadores pressupõe que ele não interfira em assuntos de política estadual e que os governadores providenciem, em seus estados, resultados

eleitorais que permitam a composição de um legislativo federal compatibilizado com as políticas de governo do presidente (Neves, 2013, p. 113).

Dessa maneira, por meio de manipulação dos votos, resultados de chapas favoráveis às oligarquias do governo estadual em concordância com o governo federal. A fraude é a tônica das eleições na República Oligárquica. Essa dinâmica deu aos governos dos estados cafeicultores a autonomia necessária para a consolidação e expansão do modelo de exportação do café. Começa a entrar em cena também uma nova elite industrial que crescia com os esforços de instalação de indústrias em território nacional e que tinha interesses diversos dos da classe agricultora, como veremos adiante.

Nos grandes centros urbanos, a República foi recebida por um ideal de transformação e progresso.

É novo também o ritmo da vida e, com a associação da ciência à técnica as distâncias parecem encurtar-se. Em terra, amplia-se a poderosa de ferrovias [...] o telefone, o rádio, o telégrafo e a linotipo inventada por Mergenthaler em 1884 revolucionam as possibilidades de comunicação. [...] Também o espaço privado se transforma com ml novidades desde que Siemens inventa um forno elétrico em 1870. [...] O progresso técnico invade as casas, transforma os ritos, os costumes e os horários da vida doméstica.

O anseio de modernização nesse período ultrapassava o avanço tecnológico e científico. Havia uma necessidade de enquadramento da sociedade brasileira, nos moldes de civilização que era almejada pelos grupos dominantes do período, de normatização e espelhamento de uma cultura ocidentalizada e industrial, sobretudo europeia.

A cultura ocidentalizada colocada como modelo, apesar do ideal de progresso, apresentava padrões conservadores na organização social. Essas continuidades de posições conservadoras vão atingir em grande proporção, as mulheres brasileiras, como retrata Raquel Soihet (2004) em *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. A expansão dos ideais burgueses de uma nova forma de organização do trabalho e os lugares de poder na sociedade, aliados ao conservadorismo, foram o motor de transformações também nos ambientes domésticos e na vida das mulheres⁴.

Embora o incentivo à imigração fosse pensado para aumentar a mão de obra rural, também havia imigrantes que procuravam os centros urbanos, pois já sabiam trabalhar em cidades, principalmente nas nascentes indústrias, aclamadas pelo desejo de progresso. Esses trabalhadores muitas vezes traziam correntes de pensamentos europeias ligadas à sindicalização dos trabalhadores e, dessa forma, começaram a se associar aos demais operários. O mesmo

4 Sobre a situação de violência contra a mulher na primeira república Soihet afirma: “O homem pobre, por suas condições de vida, estava longe de poder assumir o papel de mantenedor da família previsto pela ideologia dominante, tampouco o papel de dominador, típico desses padrões. Ele sofria a influência dos referidos padrões culturais e, na medida em que sua prática de vida revelava uma situação bem diversa em termos de resistência de sua companheira a seus laivos de tirania, era acometido de insegurança. A violência surgia, assim, de sua incapacidade de exercer o poder irrestrito sobre a mulher, sendo antes uma demonstração de fraqueza e impotência do que de força e poder.” (SOIHET, 2004, P. 310)

aconteceu com a organização feminina urbana, que absorveu a eclosão internacional do feminismo.

A expansão e consolidação da república ocorreu, no entanto, prevalentemente em um ambiente ruralizado, interiorano, das pequenas cidades, onde prevalecia a troca de favores e a presença de um “catolicismo rústico” e as relações pautadas na polaridade dicotômica das relações de poder: padre-fiel, padrinhos-afilhados, coronéis-dependentes (Schwarcz, 2012). Para Lilia Schwarcz, essas relações ocorriam em um meio muito distante dos modelos de cidadania. A questão da cidadania na primeira república é questionável em ambos os ambientes – rural e urbano. Embora estes apresentem grandes diferenças, a forma de governo oligárquico – poder na mão de poucos – restringe a participação política da população, gerando, também, uma ideia restrita de cidadão. Margarida de Souza Neves (2013) aponta profundas diferenças entre os cenários urbano e rural na república. Enquanto as vidas no meio rural são marcadas por um marasmo e uma estabilidade das relações sociais, como vimos, o espaço urbano se torna alvo principal das transformações e do progresso da República.

O que separava a capital dos sertões, além da distância, era um abismo cultural/temporal. O feminismo que mencionamos acima adquire uma marca urbana e elitizada e irá se manter distante das mulheres camponesas, como veremos no decorrer deste texto.

TRABALHO E VIDA NAS PLANTAÇÕES DE CAFÉ E A CONDIÇÃO DA MULHER COLONA

Longe do espaço urbano, a grande disponibilidade de solo fértil, como já vimos, não alterou a característica das propriedades rurais: se mantinham altamente concentradas nas mãos de grandes latifundiários. No período republicano, o governo continuou a custear a viagem de imigrantes europeus para trabalharem nas lavouras de café, sobretudo em São Paulo. Nesse sistema, como já foi mencionado, “o Estado financiava a operação, o colono hipotecava seu futuro e o de sua família, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens” (Furtado, 2003). A estabilidade e a concentração de renda nas mãos dos grandes proprietários eram acrescidas, como vimos, pelo fator político de proteção a esses grupos a partir da grande influência exercida sobre o governo.

O regime de trabalho estabelecido nas fazendas de café mediante a entrada de imigrantes ficou conhecido como colonato. No geral, os fazendeiros contratavam o trabalho de unidades familiares, dando preferência para as famílias com mais homens aptos ao trabalho; o trabalho infantil e feminino, no entanto, também ficava subtendido no acordo. A princípio, era dada às famílias uma porção de solo fértil para que cultivassem para a própria subsistência. O recebimento pelo trabalho no cafezal era proporcional à quantidade de grãos

colhidos, ficando a família dos colonos sujeita à miséria em caso de uma safra ruim ou eventualidades naturais que atrapalhassem o desenvolvimento das plantações (Furtado, 2003).

Mais tarde, foi dado aos trabalhadores um valor monetário anual acrescido do valor proporcional à produção. O trabalho masculino foi frequentemente mais valorizado, contando na folha de pagamentos como “uma enxada” e o feminino como “meia enxada” (Silva, 1997). Vejamos um pouco mais sobre as condições de vida e trabalho das mulheres colonas.

Ao contratar uma unidade familiar, que era liderada pela figura do pai, para trabalhar determinada porção da lavoura, a imagem masculina se tornava ao mesmo tempo chefe do lar e supervisor do trabalho. Assim, a organização social no regime de colonato era muito centrada na figura paterna, a partir de normas e valores que reforçaram o poder dos homens (Silva, 1997). A ação dos grandes proprietários, que também representavam uma grande de um patriarca, ao realizarem esse regime de contrato, proporcionava uma forma de coesão e organização social no período.

Os cerceamentos impostos pelos homens às mulheres resultam da existência de uma organização social diferenciadora, na qual se acham inseridas as relações familiares do colono. [...] Muitos valores familiares eram mantidos em virtude das relações de compadrio, vizinhança e parentesco vigentes no espaço das fazendas. [...] a organização do espaço e do trabalho isolava as famílias nas colônias, onde eram agrupadas família geralmente de mesma origem, e nos talhões dos cafezais” (Silva, 1997, p. 560).

De acordo com Silva, essa organização contribuía para que a sobrevivência e o sucesso da família estivessem diretamente relacionados à postura e à capacidade de trabalho. Em termos gerais o trabalho das mulheres não existia de forma individual, pois estava submetido à sua organização familiar e à figura do pai ou marido. Apesar disso, elas exerciam função fundamental no cuidado da roça e dos cafezais: “As mulheres que trabalhavam no cafezal aproveitavam as noites e as madrugadas para o serviço doméstico. A jornada de trabalho feminino acabava sendo maior que a do homem” (Silva, 1997, p. 567).

Para os trabalhadores rurais que não se organizavam no regime de colonato, cabia um trabalho mais árduo na preparação do solo ou outras atividades ligadas à lavoura. Em sua maioria, eram negros e mestiços, sobre os quais recaíam preconceitos raciais, estigmas de inferioridade e incapacidade. Esses trabalhadores, em geral do sexo masculino, eram contratados individualmente, o que não significava que as mulheres não trabalhavam, apenas não era uma unidade de trabalho coletivo como os colonos.

Em outras regiões do Brasil, onde a cafeicultura não assumiu tanta importância, a forma de organização rural não se estabeleceu em moldes muito

diferentes. Em termos gerais, o campo se constituiu como um espaço de forte tendência conservadora e patriarcal (Henn, 2013), que se tornaria determinante, como vimos, para a atuação feminina nesses ambientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto representou um esforço de sistematizar brevemente a consolidação da questão agrária no Brasil e suas consequências na vida dos trabalhadores rurais, sobretudo das mulheres camponesas. Buscamos mobilizar autores que mostraram como, desde o início do Brasil como nação independente, houve um esforço político para a manutenção de grupos de poder que estiveram e ainda estão diretamente ligados aos grandes latifúndios e à exploração do trabalhador rural.

O café, estabelecido como principal produto de exportação, não só impulsionou a economia, mas também consolidou o regime de colonato, caracterizado por condições de trabalho muitas vezes difíceis. Esse sistema reforçou desigualdades sociais e a dependência dos trabalhadores rurais em relação aos proprietários de terra. Além disso, foi destacada a importância de entender o papel e as experiências das mulheres colonas, que enfrentaram desafios nesse contexto. Questões como sobrecarga de trabalho e falta de direitos e reconhecimento são fundamentais para uma análise completa da dinâmica rural daquele período.

Esperamos que, com esta análise breve, possamos abrir um espaço de reflexão sobre a vida e as experiências dos trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiros. A história do ciclo do café é essencial para entender as bases das desigualdades rurais no Brasil e a perpetuação do poder das elites agrárias. Continuar estudando esse tema pode ajudar a refletir sobre a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade no campo, valorizando o trabalho rural e assegurando melhores condições de vida para todos.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, María José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 2, n. 1, 1994.
- ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza; CABRAL, José Pedro Cabrera. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. *Produção Acadêmica*, vol. 2, n. 1, p. 75-86, 2016.
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- HENN, Iara Aquino. Agroecologia e relações de gênero em projeto societário. In: NEVES, Delma Pessanha; SERVOLO, Leonilde Medeiros (org.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. pp. 65-88.

- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. *História dos Movimento Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- NEVES, Delma Pessanha; MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Mulheres camponesas e a reprodução de grupos domésticos (Apresentação). In: NEVES, Delma Pessanha, SÉRVULO, Leonilde Medeiros (org.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. pp. 65-88.
- NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX.” O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 2 (1930
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de, 1930, 2. Pg. 98
- PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso. Percalços da industrialização: o caso de Minas Gerais. 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- SILVA, Maria Aparecida. De colona a bóia-fria. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. Editora Contexto: São Paulo, 1997. pp.
- SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: Autor. *História das mulheres no Brasil*. Cidade: Editora, 2004. pp.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Cidade: Editora, 2012. pp. 57.
- STEDILE, João Pedro (org.) *A Questão Agrária no Brasil*. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005.

A consolidação do regime de colonato no Brasil e a condição da mulher colona

Resumo

Este texto tem como objetivo a construção de uma visão do contexto vivido pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais no início da república brasileira, no que pode ser identificado como “ciclo do café”. Para tanto, será feita uma análise bibliográfica sobre aspectos econômicos e sociais da organização do trabalho no campo desde os primórdios do Brasil como Estado independente e a formação dos grupos de poder no cenário nacional que estiveram ligados às elites latifundiárias. É objeto de análise, ainda, compreender o estabelecimento do café como principal produto de exportação e centro dinâmico da economia brasileira e a condição de trabalho no regime de colonato. Pretende-se, por fim, investigar o papel e a vida da mulher colona, identificando as principais questões que atravessaram suas vidas.

Palavras-chave: Questão agrária; economia brasileira; mulheres camponesas.

The consolidation of the *colonato* regime in Brazil and the condition of female settlers

Abstract

This study aims to construct a vision of the context rural workers experienced at the beginning of the Brazilian republic, identified as the “coffee cycle.” For this, a bibliographic analysis will be conducted on the economic and social aspects of labor organization in the countryside since the early days of Brazil as an independent state and the formation of power groups in the national scenario that were linked to the landowning elites. This study also analyzes the establishment of coffee as the main export product and dynamic center of the Brazilian economy and the working conditions under the *colonato* regime. Finally, an analysis of the role and life of female settlers will be conducted, identifying the main issues that impacted their lives.

Keywords: Agrarian issue; Brazilian economy; peasant women.

Recebido em: 22 de julho de 2024

Aprovado em: 11 de novembro de 2024
